

RNB

REVISTA
NUMISMÁTICA
BRASILEIRA

ISSN 2675-0155

Semestral - Vol. XXVII, N°1, 2023





SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA

Fundada em 1924
DIRETORIA BIÊNIO 2022/2023

Gilberto Fernando Tenor	Diretor Presidente
Bruno Henrique Miniuchi Pellizzari	Diretor Vice-Presidente
Ismael Toledo Júnior	Diretor Financeiro
Hélio César Xavier	Diretor Administrativo
Paulo Cesar Fim	Diretor Técnico
Marcelo Augusto Tibúrcio	Diretor Curador
Oswaldo Martins Rodrigues Júnior	Diretor de Comunicação
Eliza Mayumi Muraoka Hamada	Diretora de Eventos
Jerry Edson da Costa	Diretor Social
Salvador Antonio Portela	Diretor de Vendas
Rubens Marques de Henriques Silva	Diretor de Operações
Mariana Campos de Souza Justo	Diretora Comercial
Marcelo Rodrigues Benevides	Diretor de Tecnologia
Cristiano de Lima Bierrenbach	Diretor de Relações Internacionais

Oswaldo M. Rodrigues Jr.	Editor
Bruno Henrique Miniuchi Pellizzari	Coordenador administrativo
Edil Gomes	Coordenador de diagramação e gráfica

Comissão Editorial

Adriene Baron Tacla - Núcleo de Estudos de Representações e de Imagens da Antiguidade (NEREIDA) / Instituto de História da Universidade Federal Fluminense

Camilla Ferreira Paulino da Silva - LIMES - Fronteiras interdisciplinares da Antiguidade e suas Representações - UFES / SEDU - Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo

Caroline Oliva Neiva - Historiadora - Laboratório de História Antiga UFRJ

Claudio Umpierre Carlan - Historiador - Universidade Federal de Alfenas

Gisele Oliveira Ayres Barbosa - Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro / UNIRIO e Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras

João Goulart de Souza Gomes - Numismata, historiador – UFBA

Lilian de Angelo Laky - Departamento do História - Universidade de São Paulo

Marcela Marchi - Museóloga - Museu Eugênio Teixeira Leal

Maria Celeste Fachin - Arqueóloga - Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, câmpus de Franca

Paula de Jesus Moura Aranha - Historiadora - Numismata - Museu Histórico Nacional / Ibram

Telma Cristina Soares Ceolin - AAMV - Associação Amigos do Museu de Valores

Vagner Carvalheiro Porto - Arqueologia - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Yuri Victorino Inácio da Silva - Historiador, arquivista, pesquisador e numismata - Sociedade Gaúcha de Numismática

Comissão Editorial Internacional

Adolfo Ruiz Calleja - Espanha - Universidad de Valladolid / Blog Numismático

Álvaro R. Córdón - Guatemala - Punto de Encuentro Numismático de Guatemala

Andrés Cortázar - Colômbia - Fundación Numismáticos Colombianos - NUMISCOL

Bernardo Alfredo Oliva Muñoz - Chile - Asociación Cultural Numismática de Arica

Carlos Iza - Equador - Academia Nacional de Historia del Ecuador

Cesar Corrales - Peru - Peruvian Banknotes - Instituto de Investigaciones Numismáticas del Perú

Daniel Oropeza Alba - Bolívia

Eduard D'Argent - Peru - Instituto de Investigaciones Numismáticas del Perú

Glenn Stephen Murray Fantom - Espanha - Amigos de la Casa da Moneda de Segovia

Luís Roberto Ponte (in memoriam) - Venezuela - Sociedad Numismática Venezolana - SONUVE

Raúl Tapia Bascopé - Bolívia - Sociedad Numismática Boliviana

Ricardo León Tallavas - México - Sociedad Numismática de México

Richard Cacchione - Peru - Sociedade Numismática del Perú

Robert Mastalir Divisek - Equador - ANECU - Asociación Numismática Ecuatoriana

O teor dos artigos publicados na Revista Numismática Brasileira é de inteira responsabilidade de seus autores. Os artigos enviadas para publicação, deverão ser de caráter numismático, observadas as normas no final deste volume. Permite-se a reprodução de partes dos textos mediante referência bibliográfica da fonte.

**A QUEBRA DO PADRÃO MONETÁRIO DE 1799
E O CARIMBO DE ESCUDETE** 07

The breach of the monetary standard of 1799 and the escudet countermark
Mauro Mesquita

**ETNOGRAFIA E MOEDA: MANIFESTAÇÕES
PECULIARES DA MOEDA-BOTÃO E DA
MOEDA-JOIA EM REGIÕES DO BRASIL** 54

*Ethnography and coins: the peculiar manifestation of the coin-bottom
and the coin-jewelry in certain regions of Brazil*
Leonardo Rodrigues Tupinambá

**LOS CONCEPTOS DE VARIEDAD, FALLA Y ERROR
EN EL EJEMPLO DE LA SERIE PESOS “ÁGUILA”** 75

The concepts of variety, failure and error in the example of the "eagle" pesos
Joaquín Morales Reyes

**OS 200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL:
A HISTÓRIA QUE AS MOEDAS NOS CONTAM** 117

200 years of Independence of Brazil: coins tell the history
André Luiz de Castro Padilha

MOEDA SÃO VICENTE: HISTÓRIA E ESTÓRIAS 127

São Vicente Coin: history and stories
Leonardo Rodrigues Tupinambá*



Imagens da capa são imagens de cada artigos dessa edição, descrição e créditos nos artigos correspondentes.



SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA

Rua 24 de maio, 247 - 2º andar - São Paulo - SP

Tel.(11) 3222.3534 e 3333-7004

e-mail:snb@snb.org.br

MISSÃO

Atender aos anseios dos associados, na promoção da numismática no Brasil, com ética, responsabilidade e dentro dos preceitos estatutários.

VISÃO

Ser o principal referencial da cultura numismática no Brasil

VALORES

A SNB valoriza:

- A - Satisfação dos associados;**
- B - Ética nos seus atos e relacionamentos;**
- C - Competência profissional;**
- D - Integração entre associações;**
- E - Respeito a todas as “Partes interessadas”.**

Palavras do Editor

Estamos num ano especial de prévias da comemoração do Centenário de nossa instituição.

A Diretoria empossada neste início de ano de 2023 já está envolvida nas atividades dos festejos deste aniversário tão importante na vida de uma instituição, algo que não ocorre com a maioria das agremiações sem fins lucrativos.

De parte da RNB seguimos com os objetivos de publicar artigos que favoreçam o conhecimento para os colecionadores e numismatas em língua portuguesa e dedicados ao contexto brasileiro.

Buscamos e encontramos pesquisadores, estudiosos que posam contribuir com o colecionismo de acordo com as necessidades dos colecionadores, o que também produzimos no Canal do Youtube da SNB, publicando entrevistas com colecionadores e numismatas e aulas de quem tem estudado aspectos do colecionismo numismático que merece divulgação e precisa ter onde ser encontrado.

A RNB tem sido distribuída a vários websites de numismática para ampliar a divulgação, além, de ser mantido no website da SNB com possibilidade de descarregar e poder ser lida em pdf, além de ser viável obter exemplar impresso através do website do Clube de Autores, por demanda.

Sejam bem-vindos e aproveitem sempre os conhecimentos apresentados nas páginas da RNB!

Oswaldo M. Rodrigues Jr.
Editor (2109-)
Revista Numismática Brasileira



A QUEBRA DO PADRÃO MONETÁRIO DE 1799 E O CARIMBO DE ESCUDETE

The breach of the monetary standard of 1799 and the escudet countermark

Mauro Mesquita¹



RESUMO

No final do século XVIII e início do XIX, Portugal passava por uma conjuntura econômica desfavorável. Uma forma de reduzir os gastos com a produção de moedas de cobre para o Brasil foi diminuir a quantidade do metal nas moedas. Esse fato proporcionou o que chamamos de “quebra do padrão monetário” nas moedas de cobre. Com esse acontecimento, surgiu uma anomalia onde coexistiram dois padrões monetários em circulação, causando embaraços comerciais e prejuízos aos menos esclarecidos. Para sanar essa distorção, emitiu-se ordem para equalizar os valores extrínsecos aos valores intrínsecos diversos com o emprego da contramarca conhecida como Carimbo de Escudete. O objetivo deste trabalho é apresentar a conjuntura econômica de Portugal que levou à quebra do padrão monetário, bem como os motivos que levaram ao emprego dessa contramarca e as suas diversas aplicações, além das consequências advindas dessas medidas.

Palavras chave: Moeda de cobre, Brasil colonial, Portugal, Padrão monetário, Carimbo de Escudete, Moeda falsa.

ABSTRACT

At the end of the 18th and beginning of the 19th centuries, Portugal was experiencing an unfavorable economic situation. One way to reduce the expenses with the production of copper coins for Brazil was to reduce the amount of the metal in the coins. This resulted in

¹Sócio efetivo da AFNB, da SNP e da SNB. Contato: e-mail: mauromesquita10@gmail.com

Nota: As imagens deste artigo pertencem ao autor, exceto quando informada a cessão.

what we call “breaking the monetary standard” in copper coins. With this event, an anomaly emerged where two monetary standards coexisted in circulation, causing commercial embarrassment and damage to the less enlightened. To fix this distortion, an order was issued to equalize the coins extrinsic values to the various intrinsic values, with the use of the countermark known as “Carimbo de Escudete” (shield counterstamp). The objective of this work is to present the economic situation in Portugal that led to the “breaking of the monetary standard”, as well as the reasons that led to the use of this countermark and its various applications, in addition to the consequences arising from this measure.

Keywords: Copper coin, Colonial Brazil, Portugal, Monetary standard, **Shield counterstamp**, Counterfeit currency.



Figura 1: Maria I, Rainha de Portugal - Retrato por Giuseppe Troni (1783) - Google Cultural Institute. Wikimedia Commons

D. Maria I (figura 1) foi rainha 1777 a 1816. Seu filho, D. João, assumiu o reinado informalmente em 10 de fevereiro de 1792, por estar a rainha em condições mentais muito instáveis. Com o agravamento das condições de saúde da sua mãe, D. João assumiu oficialmente a regência do Reino em 15 de julho de 1799.

A conjuntura econômica de Portugal nesse período era desfavorável – apesar das grandes remessas de ouro do Brasil, principalmente durante a primeira metade do século XVIII –, consequência dos elevados gastos para a reconstrução de Lisboa destruída pelo terremoto de 1755, que repercutiam até então, bem como as grandes despesas geradas com

diversos conflitos, como a guerra do Rossilhão (de 1793 a 1795 na região de Roussillon, França), onde junto com a Espanha e a Inglaterra lutou contra a França revolucionária, e a guerra das Laranjas (1801), contra a Espanha e França, que encerrou com o tratado de Badajoz, quando Portugal assinou termo coagido pela França com a ameaça de invasão e tendo que indenizar pelos danos causados na guerra, além das despesas para se preparar para posteriores conflitos com a França. Em 1806, Napoleão impôs o Bloqueio Continental à Europa visando enfraquecer a Inglaterra. Com as pretensões de assumir o reinado português, Napoleão invade Portugal e, este sem condições bélicas para defender a Coroa, a família real se viu forçada a fugir para o Brasil. Ferreira e Dias (2016, p.115, 118 e 119) comenta que:

Militarmente, os efeitos provocados pela Revolução Francesa precipitaram, após a decapitação de Luís XVI, a intervenção portuguesa e espanhola contra os revolucionários franceses na Campanha do Rossilhão e da Catalunha (1793-1795), batalhas para as quais o nosso exército contribuiu com cerca de 6 mil soldados para pesadas derrotas. O século XVIII português terminava tal como começara, sob o signo do conflito e da guerra. Logo em 1801 eclodiria a «Guerra das Laranjas», contra a Espanha e França, que resultou na perda de Olivença [...]

O estabelecimento do imposto do «quinto» sobre todos os metais preciosos extraídos tornou-se uma das principais fontes de receita do Estado. [...] Este ciclo do ouro inundou Portugal de um verdadeiro sentimento de riqueza, já que, entre 1715 e 1750, a média anual de remessas de ouro variou entre os 12 mil e os 25 mil quilos, valores extraordinários para a época”.

E para “suprimir os elevados défices na balança comercial luso-britânica, provocados pelo Tratado de Methuen, o ouro proveniente do Brasil acabou, em grandes quantidades, na posse da Inglaterra. O mesmo ouro foi, ainda, utilizado para custear a política de grandes construções de D. João V e todos os seus luxos associados”.

Abreu (2003, p.59-60) comenta também sobre a desfavorável situação econômica vivida por Portugal devido às guerras contra a França no final do século XVIII e cita Scheafer que diz que

Desde 1794, isto é, desde quando se deram as primeiras hostilidades, até a paz de Madrid no anno de 1801, as perdas soffridas pelos Portuguezes são avaliadas em duzentos milhões de francos. De modo que, estas grandes perdas que vinham juntas com a diminuição das lavras das minas brasileiras, dos direitos das mercancias commerciaes e das fazendas inglezas pescadas em grande porção por contrabando, ajuntando-se-lhes os gastos dos equipamentos militares ultimamente feitos, vieram a produzir um tão grande descalabro no erário publico que houve de se proceder a medidas extraordinárias para cobrir a escassez e para prover as mais urgentes necessidades do estado.

As guerras na Europa demandavam uma despesa muito grande para Portugal, com a formação e manutenção do seu exército e também com as questões de segurança para proteger as frotas dos navios mercantes, que elevavam os custos ainda mais. Podemos observar essas despesas apontadas no Alvará de 17 de março de 1800, de D. João Príncipe Regente, o qual ordenou que o comércio com as conquistas deva ser taxado (SILVA, 1828, p. 614-615):

Eu O PRINCIPE-REGENTE Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem: Que Havendo-me sido presente as graves despesas, que nas presentes circumstancias se fazião com os Comboios, e a necessidade indispensavel, que havia, de impôr algum novo Direito, ou Contribuição para ser applicada aos referidos Comboios, e supprir por este meio alguma parte das avultadas despesas, que o Bem Público, o argumento do Commercio, e a segurança da Navegação requerião no actual estado da Guerra, em que se achava implicada quase toda a Europa: E havendo conhecido que a duração da Guerra na Europa, fazendo indispensavel o dar sufficientes Comboios para facilitar o Commercio, e segurar a Navegação, faz igualmente necessarias despesas muito maiores, e muito superiores aos rendimentos actuaes destinados para aquelle fim: Sou servido Ordenar, que em quanto durar a Guerra, os Generos que sahirem dos Portos deste Reino para as Colonias, e Dominios Portuguezes, e os que delles vierem para o Reino, paguem todos nas competentes Repartições, em razão de Comboio, tres por cento [...]

Uma das soluções encontradas por Portugal, para reverter a escassez monetária foi a de emitir os precursores do papel-moeda com emissões em 1797, 1798, 1799, 1805 e 1807, conforme comentado por Abreu (2003, p.60). Essas emissões consistiam em apólices para tomar recursos emprestados do próprio povo português e, como exemplos citados por Aragão (1877, p. 117-118), verificamos o Decreto de 29 de outubro de 1796, para captar 10 milhões de cruzados em apólices de 100\$000 réis ou mais com juros de 5%, o Alvará de 13 de março de 1797 que elevou a captação de recursos da emissão anterior de dez para doze milhões, com juros de 6%, e as apólices não poderiam ser inferiores a 50\$000 réis, e o Alvará de 13 de julho de 1797, que alterou a forma de captar os recursos, podendo alguma apólices serem de valor inferior a 50\$000 réis, e a forma de resgate, além de comentar à página 117 que a *“administração que havia esgotado sem proveito as avultadas sommas que o Marquez de Pombal deixara nos cofres públicos, não tardou em lançar mão de tão infeliz expediente financeiro”* e, na página seguinte, que esse *“empréstimo sem garantias, representado nominalmente n’um bocado de papel, emittido em crise financeira, introduziu logo a desconfiança, augmentada pela irregularidade com que se pagavam os juros e se faziam as amortisações”*. Cabe observar que as constantes alterações do valor das apólices para menos indicam dificuldade de captação, provavelmente pelo que comenta Aragão a respeito da desconfiança sobre o pagamento dos juros e sobre os resgates.

Portugal não tinha disponível o metal que atendesse todas as demandas por moedas de cobre do Reino e das Conquistas e dependia de importação de países produtores. Com a elevação do valor do cobre na Europa a situação da falta de moedas de pequeno valor para compras miúdas e para troco agravou-se. Dessa situação, surgiu a determinação de cunhar moedas com menor peso mantendo o valor extrínseco.

A Coroa portuguesa, então, poderia auferir ganhos por usar menos metal para confeccionar as moedas mantendo o valor nominal, com o objetivo de amenizar sua situação econômica decadente, como comentado anteriormente, decorrente dos elevados custos com as guerras e as altas transferências de recursos para os pagamentos de dívidas com a Inglaterra, situação essa agravada ainda mais pelo fato das minas de ouro no Brasil estarem diminuindo a produção a partir da segunda metade do século XVIII.

Via de regra, as moedas de cobre que circularam no Brasil colonial não tiveram alterações nos valores intrínsecos em relação ao valor extrínseco, ou seja, não houve alterações de peso até 1799, mantendo o padrão antigo.

As moedas de cobre cunhadas para circular no Brasil até 1799 tinham os pesos padrões de 1, 2, 4 e 8 oitavas para as moedas de V, X, XX e XL réis, respectivamente. Uma oitava é equivalente a 3,58 gramas e o valor da oitava de cobre valia 5 réis, valor este que se manteve desde o reinado de D. Pedro II (1667-1706), como exemplificado na Figura 2.



Figura 2: Moedas dos anos de 1698, 1731, 1752 e 1787 no valor de 20 réis e pesando 4 oitavas (14,34g). Imagens do autor.

Entretanto, cunhar moedas fora do padrão valor extrínseco/valor intrínseco à época foi uma solução adotada pelos reinados portugueses para manter uma moeda em uma determinada região de circulação, pois dificilmente era aceita na metrópole ou, até mesmo, em outras regiões da colônia. Essas moedas tinham valores intrínsecos não correspondentes aos seus valores nominais. Como exemplo, podemos citar as moedas cunhadas para circular no Brasil colônia, que, de uma maneira geral, tinham pesos menores que as moedas de circulação em Portugal. Já no Brasil colônia, em particular, existiram as moedas para circularem em algumas regiões específicas onde o valor intrínseco era menor ainda.

Foi o caso das moedas de XX e XL réis de 1722, cunhadas em Lisboa para circulação exclusiva em Minas Gerais, onde faltava o numerário em circulação para o troco do ouro. Enquanto as moedas que circulavam na colônia eram de 5 réis a oitava, aquelas tinham o valor de 10 réis a oitava. Essas moedas tinham curso obrigatório na região das Minas, mas não no resto do Brasil colonial, fazendo com que a sua circulação fora da sua região fosse inibida devido a pouca ou não aceitação. Entretanto, era um bom negócio para a Coroa portuguesa, que, por certo, as despesas com o processo de cunhagem eram menores.

No capítulo sobre D. Maria I em Aragão (1877, p.116), há um subtítulo “Moedas para as ilhas” o qual expõe sobre a perda financeira nas moedas de prata estrangeira que eram muito cerceadas, verdadeiros pedaços de moeda, e que levou a rainha a emitir o Alvará de 8 de janeiro de 1795, o qual proibia a moeda estrangeira e diminuta que corria nas Ilhas dos Açores. Na sequência, o autor comenta sobre o cunho de moedas com o valor do cobre a dez reis para a ilha de Açores:

“Na moeda de cobre procurou-se em parte compensar o prejuízo havido com a redução da de prata, commettendo-se o grande erro economico de a elevar ao dobro do valor nominal da que se fabricava para o continente, recunhando-se mesmo as de dez reis em vintém, n.º 38; as de cinco em dez, n.º 39; e as de três em cinco réis, n.º 40. As ultimas, que deixavam proporcionalmente menos vantagens á fazenda, não se lavraram no anno de 1796.”

Esse documento, o Alvará de 8 de janeiro de 1795, comprova que alterações no padrão monetário eram práticas adotadas pela Coroa portuguesa antes de 1799 – juntamente com as moedas de cobre de 1722 para circulação restrita em Minas Gerais – quando, a partir da era de cunhagem de 1799, houve a quebra do padrão monetário da moeda de cobre para circular no Brasil, de forma definitiva.



Figura 3: D. João, Príncipe Regente (1805) - Domenico Pellegrini (MNAA).

Wikimedia Commons

D. João (figura 3), Príncipe Regente, diante da escassez de moedas de cobre no Reino e da elevação do preço do metal cobre no mercado (ARA-GÃO, 1877, p.146), como comentado anteriormente, editou o Alvará de 25 de setembro de 1800, para que *“se lavrasse uma nova moeda de cobre de vintém, dez, cinco e três réis, e cessasse o curso da antiga, [...]”* e com des-